

# CONCURSO PÚBLICO

<b>CÓDIGO</b> <b>S12</b>	<b>PROVA</b> <b>V</b>	<b>ATENÇÃO VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS</b>
<b>MANHÃ</b>		



**MUNICÍPIO DE VITÓRIA**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**CONCURSO**  
**SEME**

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

*“Querer, querer sempre, com todas as forças.”*

*Vittorio Alfieri*

### A T E N Ç Ã O

1. O **Caderno de Questões** contém questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E) e discursivas.
2. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** e **Folha de Resposta da Discursiva** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo, prova e opção de língua estrangeira. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. As provas objetiva e discursiva terão juntas duração de 4:30 horas, incluído neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas** e **Folha de Resposta da Discursiva**.
4. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
5. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
  - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
  - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
  - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
6. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
7. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
8. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
9. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**, no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Resposta da Discursiva**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
10. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Resposta da Discursiva**.
12. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Resposta da Discursiva**. Não esqueça seus pertences.
13. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site [www.funcab.org](http://www.funcab.org), conforme estabelecido no Cronograma.

**BOA PROVA**

CADERNO DE QUESTÕES

Realização:



Leia o texto abaixo e responda às questões de 01 a 04.

TEXTO 1

### VANTAGENS DA UNIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA

Patenteiam-se as vantagens de uma unificação ortográfica pelo esforço por que de há muito vem lutando as duas Academias (1), até chegar a este momento histórico de sete nações independentes se reunirem para concretização desse propósito comum.

A possibilidade dessa unificação e os resultados positivos de toda sorte que dela se hão de colher são atestados pelas nações em cujas línguas os textos são escritos conforme uma unificação ortográfica. Assim se apresentam, por exemplo, os textos - oficiais ou não - em espanhol, ainda que editados na Espanha, no México ou na Argentina, guardadas as particularidades linguísticas que distinguem cada uma dessas variedades diatópicas (2).

Somem-se a essa demonstração de maturidade linguística e política as vantagens advindas da difusão e ilustração desse idioma no mundo, da maior facilidade do seu ensino como língua materna e como segunda língua de cultura e de comércio, bem como a mais competitiva comercialização de produtos literários, científicos e tecnológicos exarados com uniformidade de grafia.

Se acordos internacionais passaram a permitir que os milhares e milhares de pessoas incluídas na medida pudessem transitar sem os incômodos da polícia alfandegária e das constantes trocas de moedas, por que um reduzidíssimo número de nossas palavras também não pode transitar vestido uniformemente por todos os domínios geopolíticos da Língua Portuguesa? A unidade de grafia é mais uma prova que exemplifica a consciência da unidade lusófona.

(BECHARA, Evanildo. *A nova ortografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 27.)

NOTAS:

- (1) "as duas Academias": a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras.  
 (2) "variedades diatópicas": formas distintas de uso de uma mesma língua em diferentes regiões; no caso, em diferentes países de língua espanhola.

1. A leitura do texto acima permite concluir que entre os argumentos apresentados pelo Professor Evanildo Bechara em favor da unificação ortográfica entre os países lusófonos NÃO se pode incluir o seguinte:

- A) os resultados positivos que foram obtidos com a unificação ortográfica por países de idioma único, como, por exemplo, os países de língua espanhola.  
 B) o fato de a unidade ortográfica constituir-se numa demonstração de maturidade linguística e política por parte dos países signatários do Acordo.  
 C) as vantagens no sentido da divulgação e notoriedade da língua portuguesa pelo mundo, da maior facilidade do seu ensino como língua materna e como segunda língua de cultura e de comércio.  
 D) mais competitiva comercialização de produtos literários, científicos e tecnológicos lavrados com uniformidade de grafia.  
 E) facilidade no trânsito de pessoas, de entrada ou saída nos países lusófonos, bem como na troca de moedas dentro desses países, prova que exemplifica a consciência da unidade lusófona.

2. Na verdade, o Acordo Ortográfico só foi possível porque, ao contrário do que ocorreu em outros momentos em que se tentou a unificação, foram feitas inúmeras concessões tendo em vista os casos de divergência e oscilação de pronúncia no espaço lusófono. Entre as alterações ortográficas abaixo relacionadas previstas no Acordo, NÃO foi resultado de uma concessão em razão das oscilações de pronúncia a seguinte:

- A) desnecessidade de emprego do acento gráfico na vogal da sílaba tônica dos ditongos ei e oi dos vocábulos paroxítonos, que ora são abertos, ora fechados, como proteico, comboio, etc.  
 B) duplicidade de emprego do acento agudo ou circunflexo quando a divergência incidir no timbre aberto ou fechado, respectivamente, da vogal da sílaba tônica, como bebê ou bebé.  
 C) abolição do emprego do trema em palavras portuguesas e aportuguesadas, como cinquenta, lingueta, sendo mantido apenas em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros, como hubneriano.  
 D) facultatividade na representação, na escrita, de consoante, quando ocorrer a pronúncia e o enurdecimento da mesma, como em subtil e sutil.  
 E) duplicidade de flexão e de presença ou ausência de acentuação gráfica daí decorrente de verbos, como arguir, redarguir, aguar, apaziguar, delinquir, etc.

3. O Acordo Ortográfico, a rigor, alterou a grafia de um percentual mínimo de palavras, se forem consideradas as normas ortográficas que estavam em vigor. Das alterações gráficas abaixo relacionadas, está em DESACORDO com as novas normas estabelecidas pelo Acordo a seguinte:

- A) o monossílabo tônico por (verbo) deixa de ter acento circunflexo para diferenciar-se do monossílabo átono por (preposição); também deixa de ser acentuada, mas passa a receber hífen, a locução por-do-sol.  
 B) perdem o acento gráfico as formas verbais paroxítonas que contêm um e tônico oral fechado em hiato com a terminação -em, como em creem, ou a vogal tônica fechada do hiato oo, em palavras paroxítonas seguidas ou não de -s, como enjoos.  
 C) pode ser acentuada ou não a palavra fôrma (substantivo) distinta de forma (substantivo ou verbo), sendo acentuada nos casos em que no texto possa haver ambiguidade.  
 D) deixam de ser acentuadas as vogais tônicas i e u das palavras paroxítonas, quando estas vogais estiverem precedidas de ditongo, como em feiuira; essas vogais serão acentuadas em palavras oxítonas, quando, mesmo precedidas de ditongo, estão em posição final, sozinhas na sílaba, ou seguidas de -s, como em Piauí.  
 E) nas palavras formadas por derivação prefixal, emprega-se o hífen quando o 1º elemento termina por vogal idêntica à que inicia o segundo elemento, como em anti-ibérico; se o 1º elemento terminar por vogal diferente daquela que inicia o 2º elemento, escreve-se sem hífen, como em antiaéreo.

4. Abaixo foram transcritas cinco estrofes de poemas de representativos escritores brasileiros e portugueses. Ao lado de cada transcrição, o texto foi repetido com as alterações gráficas previstas no novo Acordo. A repetição em que o texto foi redigido rigorosamente de acordo com as novas normas é:

- A) “As águias no céu corriam, / E os areais se volviã, / E horrendas feras bramiam / No imenso da solidão; / Mas vozes do deserto / Se erguiã como um concerto / E vinham saudar-me perto: / - Tu és, senhor, Napoleão!” (Fagundes Varela) → As águias no ceu corriam, / E os areais se volviã, / E horrendas feras bramiam / No imenso da solidão; / Mas vozes do deserto / Se erguiã como um concerto / E vinham saudar-me perto: / - Tu és, senhor, Napoleão!
- B) “Quem te disse ao ouvido esse segredo / Que raras deusas têm escutado - / Aquele amor cheio de crença e medo / Que é verdadeiro só se é segredo?... / Quem to disse ao ouvido esse segredo / Que raras deusas tem escutado - / Aquele amor cheio de crença e medo / Que é verdadeiro só se é segredo?... / Quem to disse tão cedo?” (Fernando Pessoa) → Quem te disse ao ouvido esse segredo / Que raras deusas tem escutado - / Aquele amor cheio de crença e medo / Que é verdadeiro só se é segredo?... / Quem to disse tão cedo?
- C) “Olhai! hoje o trigal é mais verde e mais forte! / O chão foi adubado a carne e sangue... / Que importa haja caído um exército exangue, / se deu a vida ao trigo tanta morte!” (Mário de Andrade) → Olhai! hoje o trigal é mais verde e mais forte! / O chão foi adubado a carne e sangue... / Que importa haja caído um exército exangue, / se deu a vida ao trigo tanta morte!
- D) “Já não sei o que vale a nova ideia, / Quando a vejo nas ruas desgrenhada, / Torva no aspecto, à luz da barricada, / Como tocante após lúbrica ceia...” (Antero de Quental) → Já não sei o que vale a nova ideia, / Quando a vejo nas ruas desgrenhada, / Torva no aspeto, à luz da barricada, / Como tocante após lúbrica ceia...
- E) “A gente da cidade, aquele dia, / (Uns por amigos, outros por parentes, / Outros por ver somente) concorria, / Saudosos na vista e descontentes. / E nós, co'a virtuosa companhia / De mil Religiosos diligentes, / Em procissão solene, a Deus orando, / Para os bateis viemos caminhando.” (Luís de Camões) → A gente da cidade, aquele dia, / (Uns por amigos, outros por parentes, / Outros por ver somente) concorria, / Saudosos na vista e descontentes. / E nós, coa virtuosa companhia / De mil Religiosos diligentes, / Em procissão solene, a Deus orando, / Para os bateis viemos caminhando.

Leia o texto abaixo e responda às questões de 05 a 07.

## TEXTO 2

### GRAMÁTICA E ENSINO

Quem lida com o ensino da gramática na escola sabe que uma língua histórica (como a portuguesa, a inglesa, a alemã, a italiana etc.) é um conjunto de sistemas que apresentam entre si coincidências e diferenças, tais como observamos na comparação de outros sistemas linguísticos. De modo que nenhum falante conhece toda uma língua histórica, mas sim usa uma variedade *sintópica* (um dialeto regional), *sinstrática* (um nível social) e *sintásica* (um estilo de língua). É claro que esse mesmo falante está à altura de entender mais de um sistema linguístico de sua língua histórica, pois que está em condições de reconhecer que existem outros falantes que utilizam a língua diferentemente dele. Chega até a perceber uma diacronia, pois que reconhece em muitos usos o ar da arcaicidade ou de novidade que assumem certos usos que pratica – para extrair deles recursos estilísticos – ou que ouve ou lê a outrem.

Assim sendo, a rigor, cada modalidade de língua homogênea e unitariamente, ou em outros termos, toda língua funcional - como a entende o linguista Eugenio Coseriu - tem a sua gramática como reflexo de uma técnica linguística que o falante domina e que lhe serve de intercomunicação na comunidade a que pertence ou se acha inserido.

Como bem lembra esse mestre, "constitui aspecto fundamental da linguagem o manifestar-se ela sempre como língua: conquanto 'criação', isto é, produção contínua de elementos novos, e, portanto, neste sentido, 'liberdade', por outro lado, a linguagem é, ao mesmo tempo, 'historicidade', técnica histórica e tradição, vínculo com outros falantes presentes e passados: em suma, solidariedade com a história atual e com a história anterior da comunidade dos falantes (...). Não se trata, entretanto, de uma limitação da liberdade (como vez por outra se pensa), mas da dimensão histórica da linguagem, que coincide com a própria historicidade do homem. Aliás, a liberdade humana não é arbítrio individual, é liberdade histórica e, como quer que seja, a língua não se 'impõe' ao indivíduo (embora isso frequentemente se costume dizer): o indivíduo 'dispõe' dela para manifestar sua liberdade de expressão".

Cada porção de falantes homogênea e unitária não se equivoca linguisticamente ao usar a técnica histórica específica para manifestar sua liberdade de expressão. Neste sentido, cada falante é um poliglota na sua própria língua, à medida que dispõe da sua modalidade linguística e está à altura de descodificar mais algumas outras modalidades linguísticas com as quais entra em contacto, quer aquela utilizada pelas pessoas culturalmente inferiores a ele, como aquelas a serviço das pessoas culturalmente superiores a ele.

Na escola antiga, o professor cometia o erro de entender como a *língua* aquela modalidade culta – literária ou não – refletida no código escrito ou na prática oral que lhe seguia o modelo, de todo repudiando aquele saber linguístico aprendido em casa, intuitivamente, transmitido de pais a filhos.

Hoje, por um exagero de interpretação de “liberdade” e por um equívoco em supor que uma língua ou uma modalidade é “imposta” ao homem, chega-se ao abuso inverso de repudiar qualquer outra língua funcional, que não seja aquela coloquial, de uso espontâneo na comunicação cotidiana.

Em ambas as atitudes há realmente opressão, na medida em que não se dá ao falante a liberdade de escolher, para cada ocasião do intercâmbio social, a modalidade que melhor sirva à mensagem, ao seu discurso.

No fundo, a grande missão do professor de língua

materna - no ensino da língua estrangeira o problema é outro - é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação e até, no texto em que isso se exigir ou for possível, entremear várias línguas funcionais para distinguir, por exemplo, a modalidade linguística do narrador ou as modalidades praticadas por seus personagens.

Assim sendo, haverá opressão em “impor”, indistintamente, tanto a língua funcional da modalidade culta a todas as situações de uso da linguagem, como a língua funcional da modalidade familiar ou coloquial, nas mesmas circunstâncias, a todas as situações de uso da linguagem, pois que ambas as atitudes não recobrem a complexa e rica visão da língua como fator de manifestação da liberdade de expressão do homem.

Por outro lado, haverá “liberdade” quando se entender que uma língua histórica não é um sistema homogêneo e unitário, mas um diassistema, que abarca diversas realidades diatópicas (isto é, a diversidade de dialetos regionais), diastráticas (isto é, a diversidade de nível social) e diafásicas (isto é, a diversidade de estilos de língua), e que cada porção da comunidade linguística realmente possui de direito sua língua funcional, que resulta de uma técnica histórica específica.

(BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 1985, p. 12-15.)

5. Com a afirmação “No fundo, a grande missão do professor de língua materna - no ensino da língua estrangeira o problema é outro - é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua” (8º parágrafo), o autor quer dizer essencialmente que:

- A) os professores de Língua Portuguesa devem estar obrigados a exercer o magistério de modo a fazer de seus alunos falantes fluentes na língua materna e pessoas capazes de expressar-se de acordo com as variedades regionais, de nível social e de estilos de língua.
- B) a escola deve superar a discussão travada entre os defensores do ensino da língua materna a partir da modalidade culta e os que defendem o ensino da língua a partir da modalidade coloquial, buscando uma posição intermediária que contemple todo o potencial dos alunos no sentido de desenvolver a sua competência linguística de maneira integral.
- C) a escola, principalmente pela ação dos professores de Língua Portuguesa, deve oferecer as condições para que os alunos, a partir da experiência linguística que trazem de casa, consigam expressar-se de variadas formas em sua própria língua, falando ou escrevendo, e sejam capazes de ler e entender textos nas diversidades diatópicas, diastráticas e diafásicas.
- D) os professores de Língua Portuguesa não devem “impor” a seus alunos, nas situações de uso da linguagem, nem a língua funcional na modalidade culta, nem a língua funcional na modalidade coloquial, pois que ambas as atitudes não recobrem a complexa e rica visão da língua como fator de manifestação da liberdade de expressão do homem.
- E) a escola deve desenvolver estratégias de ensino da língua materna que considere o fato de que os alunos, a partir da modalidade linguística de que dispõem, são capazes de decodificar apenas as modalidades linguísticas com as quais entram em contato, quer aquela utilizada pelas pessoas culturalmente inferiores, como aquelas a serviço das pessoas culturalmente superiores.

6. Tomando-se por base informações contidas no texto, bem com outras informações resultantes das pesquisas linguísticas, entende-se por língua padrão:

- A) a língua funcional de maior prestígio na sociedade, por ser considerada a modalidade culta formal, língua a qual, seja em expressão literária, seja em expressão não literária, é mais frequentemente refletida no código escrito ou na prática oral que lhe segue o modelo.
- B) a variante diastrática considerada culta, caracterizada por seu conservadorismo e pelo rigor gramatical, a qual, por ser registrada apenas na modalidade escrita, pode ser considerada suprarregional e acrônica.
- C) a língua culta que, seja em situação de formalidade ou de informalidade, apresenta-se dentro de padrões gramaticais considerados corretos e que, por ser a expressão comum a usuários de todas as regiões de uma comunidade linguística, também é chamada de língua de nação.
- D) a língua funcional considerada exemplar, quer pela sua estrutura, que melhor incorpora a tradição escrita da língua; quer pela sua formalidade, que a condiciona a ser usada especificamente por pessoas de escolaridade superior.
- E) a variante diafásica de maior prestígio social, em razão da formalidade que a reveste e do seu uso exclusivo pelos estratos intelectualizados da nação, principalmente no registro literário, seja na literatura escrita, seja na literatura oral.

7. Nos itens abaixo foram transcritos trechos literários de diferentes autores, todos rigorosamente de acordo com o português padrão. Em um dos trechos, entretanto, o autor cometeu um desvio gramatical, totalmente intencional, com o objetivo de obter um efeito estilístico com finalidade estética. Este trecho referido é:

- A) “Foi para vós que ontem colhi, senhora, / este ramo de flores que ora envio. / Não no houvesse colhido e o vento e o frio / tê-las-iam crestado antes da aurora.” (Manuel Bandeira)
- B) “A tarde ia morrendo. O sol declinava no horizonte e deitava-se sobre as grandes florestas, que iluminava com seus últimos raios. A luz frouxa e suave do ocaso, deslizando pela verde alcatifa, enrolava-se como ondas de ouro e de púrpura sobre a folhagem das árvores.” (José de Alencar)
- C) “Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas.” (Graciliano Ramos)
- D) “Vós, diz Cristo Nosso senhor, falando com os pregadores, sois o sal da terra: e chama-lhes sal, porque quer que façam na terra, o que faz o sal. O efeito do sal é impedir a corrupção, mas quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm ofício de sal, qual será, ou qual pode ser a causa desta corrupção?” (Antônio Vieira)
- E) “Trago-te flores, - restos arrancados / Da terra que nos viu passar unidos / E ora mortos nos deixa e separados. / Que eu, se tenho nos olhos malferidos / Pensamentos de vida formulados, / São pensamentos idos e vividos.” (Machado de Assis)

8. Abaixo, formando uma primeira coluna, foram transcritos cinco fragmentos de textos com características bem específicas de cinco diferentes gêneros textuais. Em seguida, formando uma segunda coluna, estão relacionados os gêneros textuais em que eles se enquadram. Leia com atenção cada fragmento de texto e numere a segunda coluna pela primeira.

#### FRAGMENTOS DE TEXTOS

1. Existiu sempre uma tendência para considerar que fazia muito calor abaixo da superfície terrestre. Há muito que se conhecem fontes de água quente e existem registos de violentas erupções vulcânicas. Terão sido talvez os vulcões que levaram os primeiros homens a pensar que, no interior da Terra, existia o Inferno – uma região onde o fogo nunca se extinguiu e na qual as almas das pessoas más eram para sempre torturadas por uma divindade implacável e vingativa. Não temos provas de que o Inferno existia nas profundezas da Terra, mas há dados que indicam que o centro do planeta é uma região de calor intenso e aparentemente inesgotável. Assim que os homens começam a escavar a Terra em busca, por exemplo, de ouro e diamantes, torna-se evidente que quanto mais se desce mais elevada é a temperatura. Nas minas mais profundas a temperatura é quase insuportável, mesmo com ar condicionado.

Tendo em conta o modo como a temperatura aumenta com a profundidade, supõe-se que o centro da Terra se encontre a uma temperatura de 5000°C. (...)

#### 2. Natal

Sem dizer uma palavra, o homem deixou a estrada andou alguns metros no pasto e se deteve um instante diante da cerca de arame farpado. A mulher seguiu-o sem compreender, puxando pela mão o menino de seis anos.

— Que é?

O homem apontou uma árvore do outro lado da cerca. Curvou-se, afastou dois fios de arame e passou. O menino preferiu passar deitado, mas uma ponta de arame o segurou pela camisa. O pai agachou-se zangado:

— Porcaria...

Tirou o espinho de arame da camisinha de algodão e o moleque escorregou para o outro lado. Agora era preciso passar a mulher. O homem olhou-a um momento do outro lado da cerca e procurou depois com os olhos um lugar em que houvesse um arame arrebentado ou dois fios mais afastados.

— Péra aí...

Andou para um lado e outro e afinal chamou a mulher. Ela foi devagar, o suor correndo pela cara mulata, os passos lerdos sob a enorme barriga de 8 ou 9 meses.

— Vamos ver aqui... (...)

O menino Jesus Cristo estava morto.

#### 3. Projeto da Unicamp alia pesquisa a cotidiano dos alunos

O “Ciência na Escola”, criado há cinco anos pelo Laboratório de Educação e Informática Aplicada (Leia), da Faculdade de Educação da Unicamp, é um projeto que busca transformar professores e alunos do ensino básico em pesquisadores. Com apoio da Fapesp, cada uma das escolas públicas de Campinas (SP) envolvidas tem um subprojeto de pesquisa, geralmente ligado ao cotidiano dos alunos e relacionado a mais de uma disciplina. Os professores das escolas se reúnem periodicamente com os coordenadores do projeto, no Leia, e durante o ano letivo, trabalham como orientadores das pesquisas de seus alunos.

A coordenadora do Leia, Afira Viana Ripper, destaca a importância do aprendizado por meio da pesquisa, nas escolas que participam do projeto. “O ‘Ciência na Escola’ é também um programa de formação continuada,

proporcionando ao professor uma re-significação de práticas pedagógicas, e aos alunos, uma relação afetiva com o conhecimento”, diz. (...)

#### 4. Inovação: duro caminho dos obstáculos às competências.

Mais da metade do crescimento da produtividade das principais economias mundiais se explica hoje pela maior eficiência de suas instituições e pelas inovações introduzidas todos os anos pelas empresas. Nesses países, é o setor privado que lidera o esforço de inovação e também a pesquisa e desenvolvimento em novas tecnologias.

Isso é estimulado ao máximo pelos governos, com políticas que vão do suporte a pequenas inovações incrementais, incluem o uso de poder de compra dos estados e se valem de uma intensa cooperação com entidades de pesquisas.

O Brasil precisa e vai trilhar esse mesmo caminho. Precisamos de aumentos sistemáticos da produtividade para sustentar ganhos reais dos salários e melhorar a distribuição de renda. Precisamos alavancar a capacidade de competir das empresas e gerar melhores empregos. Para isso, vamos ter de dar prioridade à agenda da inovação. (...)

Com o apoio dos empresários, criaremos uma governança capaz de estimular e cobrar resultados. Vamos dar um salto na produtividade, para que seja sustentáculo das aspirações de todos os brasileiros por uma nação mais justa.

5. Tanto neste nosso jogo de ler e escrever, leitor amigo, como em qualquer outro jogo, o melhor é sempre obedecer às regras. Começemos, portanto, obedecendo às da cortesia, que são as primeiras, e nos apresentemos um ao outro. Imagine que pretendendo ser permanente a página que hoje se inaugura, nem eu nem você, — os responsáveis por ela, — nos conhecermos direito. É que os diretores de revista, quando organizam as suas seções, fazem como os chefes de casa real arrumando os casamentos dinásticos: tratam noivado e celebram matrimônio à revelia dos interessados, que só se vão defrontar cara a cara na hora decisiva do “enfim sós”.

Cá estamos também os dois no nosso “enfim sós” — e ambos, como é natural, meio desajeitados, meio carecidos de assunto. Começemos, pois, a falar de você, que é tema mais interessante do que eu. Confesso-lhe, leitor, que diante da entidade coletiva que você é, o meu primeiro sentimento foi de susto —, sim, susto ante as suas proporções quase imensuráveis. Disseram-me que o leitor de O CRUZEIRO representa pelo barato mais de cem mil leitores, uma vez que a revista põe semanalmente na rua a bagatela de 100.000 exemplares. (...)

#### GÊNEROS TEXTUAIS

- ( ) Crônica literária
- ( ) Artigo de opinião
- ( ) Texto expositivo
- ( ) Conto
- ( ) Reportagem

Considerando-se a ordem numérica dos gêneros textuais de cima para baixo, pode-se afirmar que a numeração correta é:

- A) (4)(5)(3)(1)(2)
- B) (5)(4)(1)(2)(3)
- C) (2)(3)(5)(4)(1)
- D) (3)(2)(1)(5)(4)
- E) (5)(3)(4)(2)(1)

Leia o texto abaixo e responda às questões 09 e 10.

### TEXTO 3

#### O CASAMENTO

- Aí, xará!  
- Oi, Varum, como vai? A sua noiva está se arrumando. Ela já desce. Senta aí um pouquinho. Tira o capacete...  
- Essa noivinha...  
- Vocês vão ao cinema?  
- Ela não lhe disse? Nós vamos acampar.  
- Acampar? Só vocês dois?  
- É. Qual é o galho?  
- Não. É que... Sei lá.  
- Já sei o que você tá pensando, cara. Saquei.  
- É! Você sabe como é...  
- Saquei. Você está pensando que só nós dois, no meio do mato, pode pintar um lance.  
- No mínimo isso. Um lance. Até dois.  
- Mas qualé, xará. Não tem disso não. Está em falta. Oi, gatona!  
- Oi, Varum. O que é que você e papai estão conversando?  
- Não, o velho aí tá preocupado que nós dois, acampados sozinhos, pode pintar um lance. Eu já disse que não tem disso.  
- Oi, papai. Não tem perigo nenhum. Nem cobra. E qualquer coisa o Varum me defende. Eu Jane, ele Tarzan.  
- Só não dou o meu grito para proteger os cristais.  
- Vamos?  
- Vamlá?  
- Mas... Vocês vão acampar de motocicleta?  
- De motoca, cara. Va-rum, va-rum.

(VERÍSSIMO, L. Fernando. *Para gostar de ler*. Vol. 13: *Histórias divertidas*. São Paulo, Ática, 1994, p. 72-73. Fragmento.)

9. No fragmento de narrativa acima, são vários os traços de oralidade resultantes do diálogo entre o pai, o futuro genro e a filha. Abaixo foram transcritas algumas falas e, à frente de cada uma, foram feitos comentários característicos da linguagem oral. A opção em que há comentário NÃO pertinente à fala transcrita é:

- A) “Oi, Varum, como vai? A sua noiva está se arrumando. Ela já desce. Senta aí um pouquinho. Tira o capacete...” → não uniformidade na forma de tratamento da pessoa com quem se fala.  
B) “É. Qual é o galho?” → substantivo em registro informal, designando “questão”, “problema”.  
C) “- Já sei o que você tá pensando, cara. Saquei.” → redução silábica de radical de verbo + vocativo interlocutório informal + verbo em registro informal, designando “perceber”, “entender”.  
D) “Você está pensando que só nós dois, no meio do mato, pode pintar um lance.” → verbo em registro informal, designando “surgir mais ou menos ao acaso” + substantivo em designação conotativa de ato sexual.  
E) “Mas qualé, xará. Não tem disso não. Está em falta. Oi, gatona!” → combinação fonética depreciativa seguida de vocativo que conota “desprezo” + redundância da negativa + aumentativo afetivo.

10. Uma atividade desenvolvida com frequência nas aulas de linguagem consiste em solicitar que o aluno reescreva trechos narrativos expressos em discurso direto, passando-os para o discurso indireto e redigindo-os de acordo com as normas da língua padrão. Dos itens abaixo, nos quais foram reescritos falas do texto 3 para o discurso indireto, aquele em que a redação apresenta alteração de sentido em relação ao original é:

- A) “- Oi, Varum, como vai? A sua noiva está se arrumando. Ela já desce. Senta aí um pouquinho. Tira o capacete...” → O pai da moça saudou o futuro genro, disse-lhe que a filha estava se arrumando e não demoraria, e ainda sugeriu-lhe que se sentasse e tirasse o capacete.  
B) “Ela não lhe disse? Nós vamos acampar.” → O futuro genro estranhou a pergunta, indagando ao pai se a filha não lhe dissera que iam acampar.  
C) “Acampar? Só vocês dois?” → O pai aborreceu-se com a resposta e quis saber, indignado, se os dois iam acampar sozinhos.  
D) “- Oi, Varum. O que é que você e papai estão conversando?” → A filha chegou, saudou o namorado e quis saber sobre qual assunto os dois conversavam.  
E) “- Oi, papai. Não tem perigo nenhum. Nem cobra. E qualquer coisa o Varum me defende. Eu Jane, ele Tarzan.” → A filha tentou despreocupar o pai, dizendo-lhe que não havia perigo algum e que, em caso de alguma necessidade, o namorado a defenderia, como se ele fosse o Tarzan e ela a Jane.

#### POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA LEGISLAÇÃO DIDÁTICA E CURRÍCULO TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

11. De acordo com a autora Maria Teresa Esteban (2002), a avaliação, que mantém a lógica do exame, pode se tornar um mecanismo de “(...) manter a disciplina; um dos instrumentos capazes de atuar com intensidade e amplitude sobre o sujeito (...). Tem o sentido de disciplinar não só o corpo, mas também o *pensamento, a vontade, as disposições*.” Nesta perspectiva, pode-se afirmar que:

- A) o sujeito se percebe como vítima do processo e identifica a avaliação como causadora de seu fracasso escolar.  
B) não importa a classe social do sujeito, pois o mecanismo de avaliação equipara a todos a um mesmo patamar.  
C) não é claro ao sujeito que ele está sendo vítima de um processo de avaliação sutil, que lhe faz internalizar sentimento de culpa por seu fracasso.  
D) a avaliação é fundamental e indispensável no processo ensino-aprendizagem, pois só através dela, se pode medir o progresso do sujeito.  
E) há uma violência simbólica na medida em que todos são obrigados a submeterem-se ao processo de avaliação.

12. De acordo com as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, o papel da escola no ensino fundamental é:

- A) afirmar o caráter multirracial e pluriétnico da sociedade brasileira.
- B) tratar a questão racial como conteúdo inter e multidisciplinar durante todo o ano letivo.
- C) garantir que o/a professor/a esteja hierarquicamente a serviço dos(as) estudantes numa relação ética e respeitosa.
- D) romper com a visão compartimentada dos conteúdos escolares.
- E) conscientizar o professor de que no processo educacional ele é aprendiz desta temática e mediador entre o aluno e o objeto de aprendizado.

13. De acordo com a LDB nº 9.394/96, no Capítulo II, destinado à Educação Básica, na Seção III, que trata do Ensino Fundamental, houve alteração na redação do Artigo 32, dada pela Lei nº 11.274/06, que modifica a duração do ensino fundamental e a idade de inclusão do aluno. O texto do Artigo 32 ficou da seguinte forma:

- A) “O ensino fundamental, com duração mínima de 8 (oito) anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante...”
- B) “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante...”
- C) “O ensino fundamental, com duração mínima de 8 (oito) anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante...”
- D) “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 8 (oito) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 7 (sete) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante...”
- E) “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito e obrigatório na escola pública, iniciando-se aos 7 (sete) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante...”

14. O autor Pablo Gentili (Gentili & Alencar, 2003), em seu texto “Educação e cidadania: a formação ética como desafio político.”, cita que para o Sociólogo inglês T. H. Marshall, “deve-se distinguir três dimensões na construção histórica da cidadania.” Estas três dimensões são a:

- A) civil, política e social.
- B) política, social e democrática.
- C) democrática, civil e política.
- D) social, educacional e civil.
- E) educacional, democrática e moral.

15. O Art. 37 da LDB nº 9.394/96, no Capítulo II destinado à Educação Básica, na Seção V, que trata da educação de jovens e adultos, determina: “A educação de Jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” Este artigo, de acordo com a Lei nº 11.741 de 2008, ganhou um terceiro parágrafo, que diz:

- A) “A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância.”
- B) “É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.”
- C) “Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.”
- D) “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.”
- E) “A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.”

16. A escola que considera a educação como responsável pelo processo de auxiliar o aluno no desenvolvimento de suas próprias capacidades de aprender, construindo-se a si mesmo, além de perceber a realidade de forma crítica, deverá propor um currículo:

- A) racional-tecnológico.
- B) integrado.
- C) tradicional.
- D) escolanovista.
- E) sociocrítico.

17. Atualmente há um empenho em introduzir a “Pedagogia das Competências” nas escolas e empresas. A alternativa que descreve o objetivo desse empenho é:

- A) Resolver o problema da ineficiência do ensino, diante da sua inadequação às exigências sociais.
- B) Buscar desenvolver uma educação integral baseada na organização do trabalho e da indústria.
- C) Preparar melhor o sujeito para a realização de seus ideais, independentemente das suas possíveis dificuldades sociais.
- D) Ajustar o perfil dos indivíduos ao tipo de sociedade decorrente da reorganização do processo produtivo, maximizando a eficiência do sujeito.
- E) Desenvolver habilidades no indivíduo que lhe permitam ascender socialmente com facilidade.

18. Ao se trabalhar com o conceito de Educação Ambiental “como um processo educativo que dialoga com valores éticos e regras políticas de convívio social, cuja compreensão permeia as relações de causas e efeitos dos elementos socioambientais numa determinada época, para garantir o equilíbrio vital dos seres vivos,” a formação continuada considera algumas condições que estão atreladas a esse conceito, tal como:

- A) concentrar o processo de EA apenas no coletivo e, no caso da escola, isto pressupõe também um aprendizado institucional, ou seja, seria necessário que a “instituição escola” se submetesse a uma mudança de agenda e procedimentos burocráticos.
- B) focar na mudança do indivíduo como principal vetor para a mudança global, o que representa uma visão simplista do trabalho com as relações sociais, porém, atualmente é mais que suficiente para mudar o padrão de desenvolvimento.
- C) inserir a EA com sua condição de transversalidade para se contrapor à lógica segmentada do currículo, contemplando o ideal de uma nova organização de conhecimentos por meio de práticas interdisciplinares.
- D) compreender a complexidade da EA pois, existe um movimento dialético cuja conexão indivíduo versus grupo pode gerar mudança efetiva.
- E) garantir que os elementos conceituais que orientam a EA não estejam no “núcleo duro” da institucionalidade da educação como nos projetos político-pedagógicos e na gestão.

19. “Não há dúvida de que a escola é uma agência moral de fundamental importância.” (GENTILI, 2003) Segundo o autor, o motivo desta afirmativa se justifica no fato de que a escola:

- A) inclui conteúdos de formação ética e cidadã.
- B) transmite para as novas gerações os valores, as normas e os direitos constitutivos da moralidade.
- C) desenvolve práticas que formam e marcam a dimensão moral da subjetividade de quem a frequenta.
- D) educa moralmente, tarefa que lhe compete com exclusividade.
- E) forma cidadãos e cidadãs portadores de princípios morais que permitam seu reconhecimento como participantes de uma comunidade.

20. “Com base no pressuposto da neutralidade científica, e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, (...) advoga a favor da reorganização do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional.” (SAVIANI, 2007) Estas são ideias da concepção pedagógica:

- A) tradicional.
- B) positivista.
- C) tecnicista.
- D) construtivista.
- E) escolanovista.

21. A Proposta de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Contribuições para a implementação da Lei nº 10.639/2003) foi estruturada a partir de seis eixos estratégicos. A alternativa que NÃO pertence a estes eixos estratégicos é:

- A) Avaliação e Monitoramento.
- B) Socialização e visibilidade da cultura negro-africana.
- C) Política de formação para gestores e profissionais de educação.
- D) Fortalecimento do marco legal.
- E) Gestão democrática e mecanismos de participação social.

22. Segundo a autora Haydée Torres de Oliveira, “a transversalidade da questão ambiental é justificada pelo fato de que seus conteúdos, de caráter tanto conceituais, como procedimentais, e também atitudinais, formam campos com determinadas características em comum”, EXCETO quando esses conteúdos:

- A) não estão configurados como áreas ou disciplinas.
- B) não fazem parte das Diretrizes Curriculares pré-estabelecidas.
- C) podem ser abordados a partir de uma multiplicidade de áreas.
- D) estão ligados ao conhecimento adquirido por meio da experiência, com repercussão direta na vida cotidiana.
- E) envolvem fundamentalmente procedimentos e atitudes, cuja assimilação deve ser observada a longo prazo.

23. A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades. O atendimento educacional especializado nesse sentido tem como função:

- A) disponibilizar atendimento especializado para esses alunos tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais.
- B) identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.
- C) criar ações que possibilitem a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social.
- D) dispor recursos, serviços e atendimento educacional especializado que estejam presentes nos projetos pedagógicos.
- E) avaliar considerando tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futuras.



24. De acordo com o autor José Carlos Libâneo (2004), a ideia-chave do conceito de “formação continuada” do professor implica em:

- A) produzir a sua profissionalidade no exercício do seu trabalho.
- B) reforçar a aprendizagem dos alunos no exercício da sua profissão.
- C) superar as dificuldades do dia a dia em sala de aula com base nas teorias estudadas.
- D) analisar a reação de seus alunos sobre a aprendizagem para definir suas metas de ensino.
- E) rever a sua prática ao analisar a prática do outro.

25. Pensando a avaliação como “uma tentativa de compreender o processo cognitivo do sujeito, utilizando para tal, uma metodologia sensível às diferenças, com questões de formulações abertas, que permitam a este sujeito, a construção da sua própria resposta, enfatizando sua pluralidade”, concorda-se com o conceito de avaliação numa perspectiva:

- A) Modernista.
- B) Tradicionalista.
- C) Quantitativa.
- D) Positivista.
- E) Qualitativa.

26. De acordo com a autora Maria Elizabeth Barros de Barros, “‘Currículo real’ tem a ver com pluralidade de práticas e de sentidos; são multidimensionais, complexos, plurais, incontornáveis e falam do trabalho real (...) docente”. Pode-se afirmar que o educador NÃO utiliza este conceito quando a sua prática:

- A) se efetiva na experiência vivida.
- B) escapa às padronizações.
- C) não se refere ao conhecimento formalizado, vai além.
- D) não é resistente à técnica.
- E) está atenta ao fracasso das prescrições.

27. Na LDB nº 9.394/96, Capítulo V, que trata da Educação Especial, o Art. 58 determina: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei a modalidade de educação escolar oferecida:

- A) preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”
- B) obrigatoriamente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades.”
- C) obrigatoriamente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidade especiais.”
- D) preferencialmente na rede pública de ensino, para educandos portadores de necessidades.”
- E) obrigatoriamente na rede de ensino, para educandos portadores de todo tipo de necessidades.”

28. A Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, composta de 25 Artigos, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Apenas um Artigo NÃO pertence a esta resolução:

- A) Art. 8º – Observado o disposto no Art. 4º, VII da LDB, a idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino médio é a de 18 anos completos.
- B) Art. 14 – A competência para a validação de cursos com avaliação no processo e a realização de exames supletivos fora do território nacional é privativa da União, ouvido o Conselho Nacional de Educação.
- C) Art. 25 – Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.
- D) Art. 9º – Cabe aos sistemas de ensino regulamentar, além dos cursos, os procedimentos para a estrutura e a organização dos exames supletivos, em regime de colaboração e de acordo com suas competências.
- E) Art. 17 – A formação inicial e continuada de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio e as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores.

29. O autor Dermeval Saviani (2007), faz distinção entre “ideias educacionais” e “ideias pedagógicas”. Ele conceitua as “ideias pedagógicas” como a:

- A) história da mentalidade pedagógica no Brasil.
- B) análise do fenômeno educativo.
- C) própria substância da prática educativa.
- D) produção teórica no âmbito das diferentes disciplinas científicas.
- E) compreensão do pensamento de grandes pedagogos da história.

30. As Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental do Município de Vitória/ES, por influência de uma perspectiva social, política e cultural, apresentam no seu conjunto uma proposta curricular que esta voltada para a:

- A) articulação do ensino-aprendizagem de modo a garantir ao educando o suprimento de suas necessidades sociais e psicológicas, formando um cidadão consciente de suas obrigações com a sociedade.
- B) normatização do método de ensino-aprendizagem, norteado por uma abordagem psicopedagógica, que classifica o aluno como sujeito que deve ter suas práticas sociais norteadas pelos princípios éticos adquiridos na escola.
- C) adequação dos conteúdos de forma a estabelecer contato do educando com o mundo do trabalho, auxiliando-o na perene tarefa da escolha de uma profissão, contribuindo para que este educando, no futuro, esteja menos suscetível à exclusão social.
- D) formação da cidadania plena, adotando, uma perspectiva psicopedagógica que considera o aluno como ser pensante e defende a ideia de trabalhar com os alunos como seres pensantes e capazes da construção de sua autonomia.
- E) padronização do currículo, com o objetivo de manter o aluno constantemente supervisionado e avaliado, garantindo assim a permanência do sujeito no âmbito escolar, evitando sua marginalização e exclusão.

31. Quais são as quatro liberdades que caracterizam o software livre?

- A) Distribuição, cópia, atualização e uso.
- B) Uso, cópia, modificações e redistribuição.
- C) Alteração, compilação, atividade e cópia.
- D) Atualização, cópia, composição e uso.
- E) Programação, função, causa e resposta.

32. A diferença fundamental de desenvolvimento entre o software livre e o proprietário fica mais evidente quando é observado o modelo de desenho e confecção dos programas. O modelo de código aberto é um modelo colaborativo que envolve programadores da empresa e aqueles interessados no desenvolvimento de tal software, incluindo voluntários espalhados pelo mundo, já o modelo proprietário:

- A) conduz o modelo de maneira a administrar o desenvolvimento e a distribuição.
- B) utiliza linhas de códigos privadas e diferenciadas impossibilitando alterações.
- C) trabalha somente com programadores contratados, assalariados ou terceirizados.
- D) estimula programadores a desenvolver softwares de objetivo real de uso.
- E) proporciona um desmembramento do software por empresas terceirizadas.

33. O software livre assegura ao nosso país a possibilidade de dominar as tecnologias que utilizamos, sua grande consequência sociocultural e econômica é:

- A) aposta no compartilhamento da inteligência e do conhecimento.
- B) investimento em melhorias e atualização em todos os softwares.
- C) sustentabilidade ligada ao baixo custo de compra e manutenção.
- D) encaminhar a economia do país a posição de sustentabilidade.
- E) empregar recursos ligados diretamente a educação informatizada.

34. Todas as linhas de instruções que compõem o software posteriormente serão traduzidas para a linguagem compreensível somente pelo computador. Onde tais instruções estão contidas?

- A) Hardware.
- B) Estrutura lógica.
- C) Memória.
- D) Plug-ins.
- E) Código-fonte.

35. A Internet foi construída sobre padrões criados para assegurar a interoperabilidade. Ela acontece por meio de protocolos abertos e comuns em rede mundial de computadores no ciberespaço, podemos afirmar que interoperabilidade é a:

- A) aliança existente entre códigos, servidores e desenvolvedores.
- B) ligação entre Internet e servidores distribuídos no ciberespaço.
- C) atualização constante do software em constante desenvolvimento.
- D) capacidade de comunicação de um software e um hardware.
- E) inexistência de protocolos entre servidores e usuários.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36. Referindo-se aos estudos organizados ao longo do século XX, sobre o conceito de infância, Kramer 2008, aponta que as visões sobre a infância são construídas social e historicamente e a inserção de seus papéis varia de acordo com as formas de organização social. Em outras áreas de conhecimento discussões também levantam várias questões preocupantes em relação a essa etapa da vida humana. Dentre as inúmeras problemáticas levantadas, uma delas ganha especial relevância e podemos identificá-la como:

- A) a brincadeira aos poucos abandonada pela escola.
- B) a exploração do trabalho infantil ocasionando, dentre outras questões, o desaparecimento da infância.
- C) a falta de histórias infantis que povoavam aquele universo.
- D) a falta de cuidados nas creches e pré-escolas.
- E) a alfabetização precoce que ocorre de 0 a 6 anos.

37. Pensemos numa situação real: a professora e os alunos estão numa atividade de leitura e reconto pelas crianças de um livro de literatura infantil. As crianças estão falando muito e expressando entusiasmo pela história, porém é chegada a hora de outra atividade planejada pela professora. Qual deve ser a atitude da professora?

- A) Terminar a atividade abruptamente para dar início a outra já planejada.
- B) Esperar que as crianças recontem toda a história, mesmo que isso demore até o término da aula.
- C) Esperar que todas as crianças recontem a história e repensar o seu planejamento para as atividades posteriores.
- D) Levar as crianças para um espaço do pátio e deixá-las brincando livremente para que esqueçam a atividade anterior.
- E) Dar mais cinco minutos para o término da atividade, porque todos já falaram muito.

38. A partir da Constituição de 1988, marcado por um período anterior de lutas e conquistas, a infância é colocada na agenda pública. A criança passa a ser considerada como sujeito de direitos, como criança cidadã e a infância como tempo de vivência plena de direitos. A partir dessa premissa a expressão Educação Infantil é usada para designar:

- A) a oferta de educação a crianças de 0 a 3 anos.
- B) a oferta de educação a crianças de 4 a 6 anos.
- C) o direito à oferta de vagas nas escolas públicas.
- D) o dever de oferta de vagas na rede privada.
- E) o atendimento em creche e pré-escola, na forma de garantia de um direito das crianças, enquanto um dever do Estado com essa faixa etária, reconhecido o caráter educativo das instituições envolvidas.

39. Qual dos itens abaixo não consta da proposta dos núcleos conceituais contemplados no documento Educação Infantil: um outro olhar, para os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) do município de Vitória/ES?

- A) Violência.
- B) Religiosidade.
- C) Preconceito.
- D) Sexualidade.
- E) Brincar.

40. Entre as perspectivas de atuação, de acordo com o documento Educação Infantil encontramos: “valorização das experiências vividas pelas crianças em anos anteriores como ponto de partida para a organização e sistematização...”:

- A) da alfabetização.
- B) da matemática.
- C) da brincadeira.
- D) de novas experiências.
- E) dos diferentes atores.

41. De acordo com Gontijo, a alfabetização é “um processo de inserção da criança no mundo da linguagem escrita”, porém ainda predomina a ideia de que a alfabetização deverá ser uma exigência dirigida particularmente às crianças com idades de seis anos. Dentro desse paradigma o que é exigido das crianças no último ano de experiência na Educação Infantil para que possa ser alfabetizada?

- A) Ter interações sociais.
- B) Ser produtora de cultura.
- C) Ter prontidão.
- D) Ser portadora de linguagem.
- E) Ser sujeito histórico nas relações sociais.

42. Em relação ao planejamento, uma questão fundamental no trabalho cotidiano a ser enfrentado na educação infantil, diz respeito ao tempo, que é sempre escasso, por isso há necessidade de qualificá-lo didaticamente. Para tanto, o ato de planejar deve levar em conta as seguintes considerações:

- I. flexibilidade na organização do tempo.
- II. atenção à diversidade de ritmos que atravessam os processos de aprendizagem individual e coletiva.
- III. atividades variadas na rotina que pode ser rica, alegre e prazerosa, proporcionando espaços para a construção diária do projeto político pedagógico da instituição de Educação Infantil.
- IV. atividades de pontilhados, pintura de desenhos mimeografados.
- V. produção coletiva de textos a partir de situações vivenciadas pelo grupo.

Está correta a alternativa:

- A) apenas I, II, III e IV.
- B) apenas II, III, IV e V.
- C) apenas I, II, III e V.
- D) apenas II, IV e V.
- E) apenas III, IV e V.

43. De acordo com Oswald, “a concepção de criança como sujeito social e a compreensão da importância que a linguagem assume na constituição do conhecimento trazem para as práticas de leitura e escrita uma implicação metodológica decisiva para...”:

- A) políticas sociais de proteção à infância.
- B) elaboração de planos de alfabetização.
- C) práticas de leitura e escrita mais emancipatórias.
- D) suspensão do poder que a escola confere à escrita.
- E) uma alfabetização mais sistematizada.

44. De acordo com o Documento Norteador da Ed. Infantil (Vitória/ES, 2006), no âmbito da Educação Infantil, a histórica dicotomia entre o cuidar e o educar promoveu a discriminação e a fragmentação entre as diferentes práticas sociais existentes, como se determinadas tarefas exercidas fossem mais importantes do que outras. Romper com tais posturas exige dos educadores envolvidos um investimento sério no(a):

- A) trabalho coletivo / participação / acolhimento da diversidade / enfrentamento dos conflitos.
- B) prática individual do educador / acolhimento da diversidade / controle dos conflitos / manutenção das estruturas de poder.
- C) trabalho coletivo / controle dos conflitos / participação / manutenção das estruturas de poder.
- D) prática individual de cada educador / acolhimento da diversidade / participação / controle dos conflitos.
- E) nenhuma das respostas anteriores.

45. O papel da escola é dar continuidade ao diálogo que as crianças já fazem com a realidade de várias formas, ampliando as suas redes de conhecimento, alargando as suas sensibilidades, respondendo a algumas perguntas e criando outras. O que o professor de Educação Infantil pode fazer para ampliar o universo cultural e facilitar o acesso e a apropriação do sentido da leitura e da escrita para a vida de seus alunos?

- A) Possibilitar a decodificação da escrita.
- B) Fazer somente atividades dirigidas.
- C) Possibilitar à criança acesso às diferentes linguagens.
- D) Fazer somente atividades de expressão corporal.
- E) Possibilitar atividades cognitivas de leitura.

46. O professor de Educação Infantil em uma perspectiva de atuação quanto à alfabetização deve:

- A) valorizar as experiências vividas pelas crianças em anos anteriores como ponto de partida para a organização e sistematização de novas experiências.
- B) ampliar as experiências vividas pelas crianças em anos anteriores que por serem muito pequenas esqueceram o que vivenciaram.
- C) promover situações vividas anteriormente pelas crianças para a organização e sistematização de planejamentos que atendam as suas necessidades básicas.
- D) Valorizar as experiências vividas pelos professores em anos anteriores como ponto de partida para o planejamento de atividades cognitivas.
- E) promover situações vividas por crianças já alfabetizadas como ponto de partida para o planejamento da alfabetização das crianças da Educação Infantil.

47. “O reconhecimento da Educação Infantil enquanto espaço de trocas culturais e de apropriação do conhecimento não pode prescindir de oferecer à criança desde a mais tenra idade situações que possibilitem a representação, a expressão e a comunicação de experiências por meio de diferentes formas de registros e de linguagens (*Piacentini e Fantin, 2005*). A alfabetização tem uma função social e cultural que não se reduz apenas na aquisição da leitura e da escrita ou como representação de um processo deslocado das experiências e das manifestações infantis” (*Vitória, 2006:67*). Tais reflexões apontam para a seguinte alternativa:

- A) na Educação Infantil é preciso utilizar as atividades com as diferentes linguagens como propostas de preparação das crianças para o Ensino Fundamental, a fim de que já saibam ler e escrever na alfabetização.
- B) leitura e escrita têm na Educação Infantil, um lugar secundário, pois a prioridade de trabalho nessa etapa é o cuidar e o brincar, não sendo necessário um investimento nessa área de conhecimento, principalmente por causa das crianças de 0 a 3 anos de idade.
- C) favorecer a interação da criança com o mundo da leitura e da escrita é reconhecer que esta criança tem uma história que precisa ser levada em conta, que está imersa numa realidade social e cultural e que, portanto, vive num universo de linguagens.
- D) a alfabetização concebida tanto na sua dimensão prático-utilitária, quanto na sua dimensão espontaneísta traz enormes contribuições na forma de perceber a criança como sujeito social, produtor e recriador de cultura.
- E) favorecer a interação da criança com o mundo da leitura e da escrita é priorizar atividades de memorização de letras, sílabas e palavras, visto que a criança está inserida em uma sociedade letrada.

48. O processo de apropriação da leitura e da escrita se dá no âmbito das atividades cotidianas em sala de aula e em outros espaços escolares, independentemente de uma preocupação específica com a alfabetização. Quando a Educação Infantil cumpre essa tarefa, ela oferece às crianças:

- I. a condição de alfabetizar-se oficialmente desde muito cedo, desprezando a necessidade de alfabetização.
- II. formas variadas de contato com a linguagem em suas diferentes manifestações (escritas, imagens, mapas, tabelas, placas de sinalização e tudo mais que demande leitura em uma concepção mais ampla).
- III. avançar para além da cultura da oralidade, predominante na Educação Infantil.
- IV. acesso à variadas possibilidades de comunicação escrita.

A alternativa que NÃO está correta é a:

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) IV.
- E) V.

49. Segundo Kramer (2008), a formação cultural é direito das crianças já que são elas cidadãs, portadoras de direitos sociais, entre eles o direito à educação e, conseqüentemente, de acesso e apropriação aos conhecimentos históricos, científicos e culturais existente no mundo. Nesse sentido, as políticas públicas precisam:

- A) cuidar para que as crianças da Educação Infantil tenham bons livros didáticos.
- B) formar os professores para que saibam ensinar língua portuguesa, matemática, história, geografia e ciências a fim de garantir tal direito.
- C) propor uma organização curricular que ajuste os conteúdos do Ensino Fundamental.
- D) valorizar a formação cultural das crianças porque com literatura, teatro, música, poesia, mídia será possível contribuir para a formação de pessoas críticas, comprometida com a ética, com a justiça social, com a coletividade e outros valores.
- E) reconhecer as práticas conservadoras como promotoras de justiça social.

50. A avaliação possibilita apreender a totalidade da realidade educativa tal como ela se apresenta. Ela permite:

- A) investigar, questionar os diferentes ritmos, comportamentos, formas de agir, pensar e expressar dos diferentes sujeitos envolvidos no trabalho educativo.
- B) questionar os diferentes ritmos, os planejamentos, comportamentos dos professores, pensar e expressar de forma a envolver os diferentes sujeitos no trabalho educativo.
- C) observar, investigar, comparar, questionar os diferentes ritmos, comportamentos, experiências, formas de agir, pensar e expressar dos diferentes sujeitos envolvidos no trabalho educativo.
- D) questionar os diferentes educandos, comportamentos, experiências, formas de agir, pensar e expressar as diferentes linguagens dos sujeitos envolvidos no trabalho educativo.
- E) investigar, comparar, questionar os diferentes educandos, experiências, formas de agir, pensar e expressar dos alunos envolvidos no trabalho educativo.

51. Dentre as inúmeras áreas de conhecimentos que compõem o direito das crianças à educação, uma se configura a partir da promulgação da Lei Federal nº 10.639/03 que determina a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares. Pensando neste dever do sistema de ensino e no direito das crianças, o professor da Educação Infantil pode propor:

- I. contação de histórias, músicas e brincadeiras relacionadas às africanidades.
- II. discussão com as crianças de questões ligadas ao corpo humano e às diferenças fenotípicas que permeiam a diversidade humana.
- III. utilização de imagens, gravuras e vídeos sobre a história da África e dos africanos no Brasil.
- IV. problematização com as crianças de situações cotidianas de preconceitos e racismo que ocorrem frequentemente no cotidiano escolar.

Está correta a alternativa:

- A) I, II e III.
- B) I, III e IV.
- C) II, III e IV.
- D) I e IV.
- E) Todas as alternativas estão corretas.

52. Hoje o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a Lei de Diretrizes e Bases – LDB representam avanços em relação às políticas de infância no Brasil, principalmente quando:

- A) determinam que as crianças devem gozar de certos direitos inerentes à pessoa humana, sem prejuízo de sua proteção integral.
- B) asseguram que as crianças devem gozar dos direitos fundamentais em relação à educação a fim de permitir seu desenvolvimento integral.
- C) asseguram que as crianças devem gozar de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, mesmo que em prejuízo de sua proteção integral.
- D) asseguram todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, às populações infantis enquanto cidadãos de pequena idade.
- E) permitem que crianças gozem de alguns dos direitos fundamentais em condições de liberdade e de dignidade.

53. Embora a brincadeira seja uma atividade livre e espontânea, ela não é natural, mas uma criação da cultura. Baseado nesse pensamento é correto afirmar que na Educação Infantil:

- A) as brincadeiras e os jogos não trazem nenhuma contribuição para a apropriação dos conceitos científicos, por parte da criança.
- B) devemos nos ocupar somente com brincadeiras, deixando para o Ensino Fundamental o trabalho com conceitos científicos.
- C) o professor deve preocupar-se apenas em transmitir conteúdos à criança já que as atividades livres complementarão sua aprendizagem.
- D) devemos valorizar apenas as brincadeiras que expressem a cultura local da comunidade em que a escola esteja inserida.
- E) devemos organizar atividades lúdicas e brincadeiras de forma a potencializar sua capacidade humanizadora e formadora.

54. Observando que “escolas e pré-escolas são espaços de circulação das culturas, das tradições culturais, costumes e valores dos diferentes grupos” (Kramer 2008), assinale a alternativa correta que aponta para um dos papéis centrais da escola com relação a este aspecto.

- A) Privilegiar em seu processo educacional os valores culturais, artísticos e históricos tradicionais.
- B) Estimular as programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.
- C) Valorizar a pluralidade cultural constituindo-se como espaço de cidadania, de cultura e de conhecimento.
- D) Valorizar em seu processo educacional o conhecimento universal superando as visões regionais de mundo.
- E) Partir de uma política de universalização do conhecimento, sobrepondo o saber acadêmico e ampliando a visão de mundo.

55. Na educação infantil o trabalho desenvolvido pelo professor, utilizando o nome da criança por escrito é muito rico, pois permite que elas construam por si mesmas, as diferentes funções da escrita. Assinale a afirmativa que NÃO constitui objetivo desta atividade.

- A) Iniciar o processo de alfabetização respeitando o método psicogenético.
- B) Facilitar a discriminação de nomes de outras crianças da classe.
- C) Estimular a escrita espontânea de outras palavras.
- D) Perceber que existe uma mesma sequência de letras na escrita de um nome.
- E) Favorecer o desenvolvimento pessoal e a individualização da criança.

56. Kramer (2008) enfatiza que na educação infantil o pedagógico deve ir além do instrucional. Considera que o trabalho nesse segmento deve:

- A) fundamentar-se na introdução e desenvolvimento dos conteúdos básicos necessários ao ensino fundamental.
- B) incluir experiências com os conhecimentos científicos, com a literatura, a música, a dança, o teatro e a cultura.
- C) ser desenvolvido fundamentalmente em seu caráter lúdico e psicomotor, sem que haja preocupação com aspectos cognitivos.
- D) inserir-se na educação básica como um pré-requisito ao ensino fundamental, preparando a criança para o prosseguimento dos estudos.
- E) ser desenvolvido de forma planejada e sistemática, concentrando suas atividades pedagógicas na sala de aula.

57. Na educação infantil a avaliação deverá:

- A) selecionar as crianças a partir dos cinco anos, retendo-as até que estejam alfabetizadas.
- B) inexistir, já que os objetivos deste segmento não prevêm aprendizado de conteúdos tornando desnecessário o processo avaliativo.
- C) ser instrumento para separação dos alunos em grupos, após a identificação do estágio de seu desenvolvimento individual.
- D) ser efetivada ao final de cada ano, utilizando-se instrumentos diversificados e registrando-se seus resultados em ficha individual.
- E) ser feita através da observação, do acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção.

## DISCURSIVA

58. “A leitura e escrita se constroem no processo de inserção, imersão e produção da cultura”. Tecendo tal afirmativa, Kramer (2008) considera que na educação infantil:

- A) não devemos nos preocupar com a leitura e escrita, visto o descompromisso deste segmento com ambos.
- B) devemos garantir o acesso das crianças ao mundo da escrita e também à literatura infantil, contemplando sua dimensão cultural.
- C) devemos verificar a prontidão da criança, iniciando o treinamento da leitura e a habilidade motora necessários a escrita.
- D) não devemos nos preocupar com a leitura e escrita, pois o objetivo deste segmento é a socialização.
- E) devemos iniciar formalmente a alfabetização da criança favorecendo o seu desenvolvimento cognitivo.

59. A educação infantil deve afirmar a igualdade das crianças, vendo-as como cidadãos de direitos, reconhecendo suas diferenças. Assim o professor:

- A) deve propor atividades contextualizadas que ao mesmo tempo produzam desenvolvimento individual e coletivo.
- B) não deverá levar em conta as diferenças sociais, mas sim buscar uma padronização dos comportamentos sociais.
- C) deve atender cada criança individualmente, sem necessariamente formar identidade de grupo.
- D) deve propor atividades diversificadas, permitindo o atendimento das diferenças individuais e evitando a universalização dos saberes.
- E) deve evitar possíveis conflitos, impondo procedimentos que impeçam o desenvolvimento desigual das crianças.

60. De acordo com Araújo, “a concepção de lúdico e de brincar aqui defendida contrapõe-se àquela imposta pela sociedade de consumo quando afirma a existência do brincar somente através da posse e uso de um objeto denominado 'brinquedo'. Todo este apelo ao consumo existe para fortalecer...”:

- A) a imaginação das crianças que assistem aos programas de televisão e podem ficar mais espertas adquirindo brinquedos modernos.
- B) as famílias das crianças que comprem os brinquedos de acordo com a idade de cada uma.
- C) a aquisição pelos pais de brinquedos que na época de suas infâncias não existiam.
- D) a aquisição de brinquedos propagados pelo mercado e para valorizar o lúdico segundo os valores mercantis.
- E) a aquisição de brinquedos propagados pelo mercado que servem para a ludicidade da criança.

Utilize de 20 a 30 linhas para desenvolver as questões a seguir.

1. Antes de tudo, é preciso diferenciar Educação Ambiental e ensino sobre Meio Ambiente. Os conteúdos em si, os conceitos de ecologia, a Geografia e as Ciências já trazem. Outra coisa é fazer um trabalho que tem a ver com mudança de valores, atitudes e práticas. E isso é muito mais difícil, é preciso pensar uma didática que favoreça isso. Não adianta só ler textos e ver filmes. Temos que incluir situações práticas com as quais os alunos se envolvam. Precisa pensar a escola como parte do ambiente, considerar o consumo dos recursos, o reaproveitamento, o desperdício, procurar funcionar de um jeito sustentável. E, para isso, tem que envolver também a gestão escolar. É um trabalho complexo. Ter um coordenador pedagógico faz toda a diferença. Tudo isso mexe com a estrutura da escola. (Neide Nogueira)

Após diferenciar Educação Ambiental de Ensino de Meio ambiente, discorra sobre o texto.

2. “Dia a dia nega-se às crianças o direito de ser crianças. Os fatos, que zombam desse direito, ostentam seus ensinamentos na vida cotidiana. O mundo trata os meninos ricos como se fossem dinheiro, para que se acostumem a atuar como o dinheiro atua. O mundo trata os meninos pobres como se fossem lixo, para que se transformem em lixo. E os do meio, os que não são ricos nem pobres, conserva-os atados à mesa do televisor, para que aceitem desde cedo, como destino, a vida prisioneira. Muita magia e muita sorte têm as crianças que conseguem ser crianças.” (Eduardo Galeano).

Discorra sobre o respeito aos direitos das crianças e a dura realidade vivida pela maior parte delas. Você, professor, em sua sala de aula, como pode dar a sua contribuição, tentando reverter pelo menos, um pouco, a situação do texto.

RASCUNHO

RA SCUNHO